

MINERAÇÃO E POLÍTICA

Ney Coe de Oliveira

Subdiretor Administrativo da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas

1 - Especialmente nos tempos atuais, quando cresce a disposição da sociedade por participar do *processo político*, é de tal modo predominante o conceito de relação estreita entre o *desenvolvimento econômico* e o *político*, que parecem tornar-se, cada vez mais, desenvolvimentos interdependentes, inclusive nos países de economia e regime político fechados: é o que nos vêm mostrando, por exemplo, as atitudes da China e, sobretudo, da URSS.

Assim, qualquer governo, ciente deste fato e suficientemente perspicaz, não poderia deixar de aperceber-se do *expressivo peso e significado* desta relação: os fracassos econômicos têm profunda repercussão no *prestígio* e na *credibilidade* do governo e da classe política. E a recíproca é verdadeira: atitudes políticas de menor abrangência, que de algum modo mostrem incapacidade, miopia ou pouca visão das necessidades e conveniências nacionais, poderão comprometer o desenvolvimento econômico (por conseqüência, também o social), revertendo o processo em riscos para as autoridades políticas.

É sabido que, particularmente num sistema de economia aberta e democrática, procedimentos políticos que atribuam à sociedade *sensibilidade e responsabilidade empresarial*, bem como clara disposição estratégica de estreita *participação e cooperação* entre governo e empresários, explicam freqüentemente as razões do sucesso governamental e do êxito na-

cional. Este tem sido, fundamentalmente, o *modelo político japonês*, cujos resultados não apenas são admirados pela comunidade internacional, mas lhe conferem incontestável peso e respeitabilidade no cenário mundial.

Ora, numa economia como a nossa, em que se fazem necessários aportes consideráveis de investimentos anuais, somente *disposições políticas e ordenações legais* poderiam efetivamente despertar e mobilizar atenções, vontades e recursos para os *riscos dos empreendimentos da mineração* no Brasil e, por sua vez, o êxito desta reverteria em êxito político.

Ainda hoje, a comunidade nacional mais esclarecida não deixa de lembrar e aplaudir as *disposições políticas e ordenações legais* que desenvolveram nossa indústria petrolífera, automobilística, siderúrgica, naval, aeronáutica e, mais recentemente, a de computação. Com a participação efetiva do Congresso Nacional e dos segmentos da sociedade diretamente envolvidos ou interessados (empresários, instituições ou representações técnicas e especialistas), o governo abandonou posturas, conceitos e preconceitos, "arregaçou mangas", trabalhou e emanou *disposições políticas* que resultaram nos efeitos que conhecemos. Aguardamos que o mesmo ocorra também com a indústria da informática, embora no início e objeto de polêmica, o que concorrerá para conferir resultados e definir persuasões.

Ora, se fato semelhante acontecesse com o *setor de nossa mineração*, exatamente no momento mais precisado de nossa economia (sobretudo com relação à poupança de divisas, à geração de recursos externos e à criação de empregos), não só teríamos mais um *ponderável ingrediente* de participação comunitária na consolidação e desenvolvimento desta *abertura política* que se processa (com repercussões favoráveis também no exterior), mas provavelmente o *início da grande arrancada*, para o sucesso futuro, de nossa atividade mineradora, por que há tanto tempo todos esperamos. É difícil conformar-nos com o fato de que a *renda total* de nossa atividade mineradora não chegue ainda pelo menos a 6% de nosso PIB. É necessário, como nas oportunidades anteriores, criatividade, ousadia e grandeza política. Estes são êxitos, antes de tudo, de *natureza política*: a história do país assim os registra sempre. Em política não se plantam couves, mas carvalhos . . . A nação se apercebe do *desenvolvimento de sua política nacional* só através de grandes marcos, jamais por acenos ou avaliações. . .

A rigor, a *área política* é o outro lado da "frente de obstáculos" com que se depara nossa atividade mineradora: por isso mesmo, até hoje desencantado ainda seu setor privado, agora particularmente por suas restrições e impostos . . .

2 - A propósito, será que nosso *Código de Minas*, que tem cerca de 22 anos (Decreto-Lei nº 227, de 28/02/67), é produto acabado, perfeito e atualizado? Seu teor e objetivos constituem *disposições e ordenações políticas* adequadas ao estágio atual (econômico, político, social, tecnológico e administrativo) da nação e da sociedade brasileiras?

Não estarão ali exageros nacionalistas, omissões de realidades novas, exigências e práticas burocráticas inibidoras de nossa atividade mineradora? Em suma, será que nossa atual "*política mineral*" é adequada e corresponde realmente aos nossos tempos e interesses de hoje? A *reavaliação* dessa "política" não contribuiria para melhorar a política nacional, em termos de imagem geral e, sobretudo, de *efeitos globais* de participação democrática no desenvolvimento? Estamos certos de que o reestudo e a atualização daquela teriam *efeitos positivos e sensíveis nesta*.

Enquanto nos satisfazemos com expectativas e esperanças . . . o projeto do novo *Código de Minas* (que será baseado na nova Constituição) continua "adormecido" (para não dizer esquecido) nas gavetas do Congresso.

Estas e outras perguntas poderiam ser propostas aos nossos *políticos e administradores*. Já dissemos que, se de um lado, reflexões sérias, discussões abertas e decisões políticas corajosas poderão favorecer o desenvolvimento de nosso *setor mineral*, por outro lado, este desenvolvimento (em termos de abertura e de incentivos à iniciativa privada) poderá também produzir ou influenciar fortemente novas concepções e outras iniciativas que se referem à *modernização* (em ordenações, padrões e dimensões) da *administração* de nossa economia, cujos resultados demonstrariam *acertos e erros* do campo político e institucional, proporcionando ao mesmo tempo em virtude dessa participação da sociedade - menores traumas ou choques eventuais, assim como a busca de outros caminhos e alternativas.

Na verdade, se a *abertura política* que se processa não for complementada pela *abertura econômi-*

mica (moderando-se, em medida certa e correspondente, a gerência econômica excessiva do Estado), a liberdade política que se pretende poderá constituir-se em episódio efêmero ou ilusório.

Felizmente, também a *política nacional* é suscetível de aprendizado, aperfeiçoando-se e desenvolvendo-se *através de seu próprio exercício*, diurno, imaginativo e renovador, aliado evidentemente à capacidade auscultadora e receptiva. Aliás, a natural evolução e dinâmica das instituições e da sociedade em geral compõem a *política nacional* (seus políticos e administradores) à renovação e à adequação de padrões, posturas e valores: o Brasil deste fim de século é *bem distinto* daquele das décadas de 30 e 40 . . .

3 - Uma boa contribuição, *prática e de alcance*, de nossa mineração, à racionalidade, ao amadurecimento e desenvolvimento político nacional *começaria* precisamente por despertar, promover e incrementar a *participação efetiva* da sociedade (de seus segmentos mais representativos e esclarecidos, inclusive o estudantil) no interesse e acompanhamento do desenvolvimento deste setor econômico; e isto se faz pela *informação e divulgação sistemáticas e corretas* (através dos meios modernos de comunicação de que dispomos hoje), apresentando e debatendo de público problemas e dificuldades de interesse geral do setor, noticiando fatos e iniciativas relevantes e seus resultados mais sensíveis que beneficiam o país.

É lamentável a *ignorância* (e, por conseqüência, o *preconceito*) de nossa sociedade (e, não raro, de políticos e administradores . . .) sobre nossa *atividade mineradora*: para este grande público, a mineração é

apenas a indústria dos buracos e da poluição . . .

Assim, é necessário que a mineração brasileira também faça política, isto é, procure de modo eficaz, aberto, democrático e moderno não só impor-se junto aos poderes públicos, como também engajar de alguma forma a sociedade no *interesse* e na *participação política* de um setor nacional tão importante, quando tratado ainda como secundário . . ., o que é incompatível com a realidade do mundo atual, *materialmente estruturado* sobre a economia mineral.

Inapetência dos Mineradores

Alguém se lembra de alguma reportagem, *jornalística* ou *televisada*, nestes últimos quatro ou cinco anos, de *divulgação e informação* sobre a importância de nossa *atividade mineradora*? Há, sim, informações caricatas e degradantes: poluição de águas e terras por garimpeiros que usam mercúrio; barulho, estragos e poluição com desmonte de pedreiras urbanas, saques de bancos de areia "et simília" . . . Isto, talvez, nos explique porque certo parlamentar definiu *mineração* como "uma atividade econômica periférica" . . . (Certamente não se referia à periferia urbana . . .). Isto também nos explica porque um estudante universitário concluiu que "o tratamento nobre do mineral não é da alçada da mineração, mas da metalurgia" . . . como se os processos fossem compartimentos estanques e independentes.

Enquanto outros ramos industriais, também importantes, procuram manter-se na "crista da onda" do noticiário corrente e exercer inclusive ações políticas, e até de "lobby", a *indústria de mineração* no Brasil não sai de seu campo de operações específicas . . . A própria

Vale inclusive é conhecida do grande público por suas Ações (na Bolsa) não como a maior produtora de ferro. Pareceu-nos que, com a criação do IBRAM, a "coisa" melhoraria . . . Não tanto. Continuou fechada em si mesma . . . não tendo sequer "força" para mobilizar parlamentares à edição de um novo Código de Minas, que continua congelado . . .

Por outro lado, enquanto outras categorias profissionais liberais se apresentam mais homogêneas em seus princípios ideológicos e de atuação política, parece-nos que a dos mine- radores tem traços de classe autofá-

gica: há muitas e profundas diver- gências políticas entre geofísicos, geólogos, engenheiros-de-minas etc. Em geral, sua ideologia política ainda não se libertou da idéia e dos ressaibos da malograda atuação e re- sultados do *trabalho estrangeiro* na Bolívia . . .; convivem com o fardo dos preconceitos de sua formação cultural anterior . . . Não se dão conta de que o Brasil, de hoje so- bretudo, é a 7ª ou 8ª economia mun- dial: não é a Bolívia . . . Talvez, certos fatos e distúrbios do passado provocaram esta anorexia política dos mineradores brasileiros.